

humanitas

Vol. LIV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LIV • MMII



SAUL ANTÓNIO GOMES*
Universidade de Coimbra

LIVROS E ALFAIAS LITÚRGICAS DO TESOIRO DA SÉ DE VISEU EM 1188

In this study, the Auctor presents an old *inventarius* of the library and *thesaurus* of the bishopric of Viseu which was written in 1188. He examines the role and function of this library on the Viseu's cathedral and discusses their meaning between the ecclesiastic Portuguese libraries dating from the Middle Ages.

1 – Não são muito frequentes, entre espólios documentais acumulados nos arquivos portugueses, os inventários de tesouros e os catálogos de bibliotecas eclesiásticas do período medieval¹.

A medievalística portuguesa dos últimos três decénios, contudo, cuidou de revelar e de (re)avaliar alguns desses raros inventários de livros de bibliotecas portuguesas medievais. Entre outros², num espectro heurístico mais

* Do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra; membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

¹ Problema, naturalmente, que se sente em muitos outros pontos da Europa. Vd. Albert Derolez, *Les Catalogues de Bibliothèques*, Turnhout, Brepols, Col. Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental, Fasc. 31, 1979, pp. 15-52; Donatella Nebbiai-Della Guarda, *I Documenti per la Storia delle Biblioteche Medievali (Secoli IX-XV)*, Venezia, Jouvence, 1992.

² V. g., Pedro A. de Azevedo, "Um inventário do século XIV", *O Archeologo Portugues*, T. VII (1902), pp. 223-234, 259-265, 305-308; A. de Magalhães Bastos, *Memórias soltas e inventários do oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de N. Sr^a da Conceição de Matozinhos, dos séculos XIV e XV*, Porto, 1940; Artur Moreira de Sá, *Primórdios da Cultura Portuguesa – II de Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, II, N.º 1, Lisboa, 1968, *passim*; F. Félix Lopes, "Breves notas a dois documentos", *Colectânea de Estudos*, Lisboa, 1953, pp. 365-372.

actualizado no domínio da construção do discurso histórico do passado erudito e cultural português, cumpre salientar os estudos de António Cruz³, Francisco da Gama Caiiro⁴, de Isaias da Rosa Pereira⁵, de Avelino de Jesus da Costa⁶, de José Mattoso⁷ e de Aires Augusto Nascimento⁸.

Partindo de fontes tão diversas, no seu teor diplomático, quanto sejam testamentos, visitasões, cadastros e inventários de bens móveis e imóveis ou, mais especificamente, de catálogos de livros, os Autores mencionados disponibilizaram uma larga base de informação crítica particularmente pertinente para o conhecimento da vida intelectual, em geral, e da história do livro, em especial, nos espaços eruditos medievos nacionais⁹.

³ *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, separata de *Bibliotheca Portucalensis. Colectânea de Estudos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Vols. V-VI, Porto, 1963-1964.

⁴ *Santo António de Lisboa*. Vol. I. *Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*, Lisboa, 1967, pp. 31 e segs.; Idem, "Fontes Portuguesas da formação do Santo", *Itinerarium*, 27 (1981), pp. 136-164.

⁵ "Livros de Direito na Idade Média", *Lusitania Sacra*, T. VII (1964-66), pp. 7-60; "Livros de Direito na Idade Média – II", *Lusitania Sacra*, 8 (1967-68), pp. 82-96; "Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano XVI, n.ºs 63-70 (1971-1973), Coimbra, Atlantida, 1974, pp. 97-167 (reeditado em *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996), Universidad de Alcalá de Henares, pp. 133-161; 4 (1997), pp. 247-272).

⁶ *Fragmentos preciosos de Códices Medievais*, Braga, 1949 (reeditado em *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, pp. 53-109); *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983; *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos Séculos XV a XVIII*, Braga, ed. revista Theologica, 1983; "Coimbra – Centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos séculos XI e XII", *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. IV, Porto, INIC, 1990, pp. 1309-1334.

⁷ "Leituras cistercienses do século XV", *Do Tempo e da História*, 5 (1972), pp. 101-141 (republikado em *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 511-552).

⁸ Seja-nos permitido destacar, da vasta bibliografia deste Autor, porque mais estritamente debruçado sobre a elucidação do "catálogo" de uma biblioteca medieval portuguesa, o estudo "Livros e Claustro no séc. XIII em Portugal: o inventário da Livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa", *Didaskalia*, XV (1985), pp. 229-242.

⁹ Um destaque muito especial é devido ao catálogo sistemático dos códices de Santa Cruz de Coimbra conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Vd. *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto* (Coord. Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos), Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

A este esforço, aliás, associa-se a não menos profícua actividade de carácter museológico dos anos mais recentes, como sejam as exposições, acompanhadas de catálogos amplos e profusamente documentados e ilustrados, de códices medievais pertencentes a Bibliotecas e Arquivos nacionais, com particular destaque para os fundos manuscritos das livrarias eclesiásticas regulares dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça¹⁰.

Neste contexto, a aparição do Inventário dos Códices Iluminados, datáveis até ao ano de 1500¹¹, vem recompor a já extensa informação historiográfica de que se dispunha sobre esta matéria. A integração, no segundo volume desta obra, de um assinalável *corpus* de fragmentos de antigos manuscritos – na maior parte substancialmente devedor do inventário levado a cabo pelo Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa nos anos de 1940-50¹² – vem reafirmar a importância da continuação de uma investigação arqueo-documental aprofundada sobre tais *codicum fragmenta*¹³, a qual permitirá reencontrar o testemunho material de alguns milhares de manuscritos medievais, outrora pertencentes a aparatosos códices remetidos, por circunstâncias históricas plurais, ao limbo do esquecimento.

¹⁰ V. g., Maria Adelaide Miranda, *A Iluminura de Santa Cruz no Tempo de Santo António*, Lisboa, Inapa, 1996; *A Iluminura em Portugal. Identidade e Influências. Catálogo da Exposição. 26 de Abril a 30 de Junho '99*, (Coord. Maria Adelaide Miranda), Lisboa, Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional, 1999; *A Imagem do Tempo. Livros Manuscritos Ocidentais. Museu Calouste Gulbenkian, 31 de Março a 2 de Julho 2000*, (Coord. Aires Augusto Nascimento), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000; *Cristo, fonte de esperança. 17 de Junho – 17 de Setembro. Catálogo*, (Coord. Carlos Moreira Azevedo), Porto, Diocese do Porto, 2000; *Santa Cruz de Coimbra. A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, (Coord. Jorge Costa), Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

¹¹ *Inventário dos Códices Iluminados até 1500* (Coord. Isabel Vilares Cepeda e Teresa A. S. Duarte Ferreira), Vol. 1. *Distrito de Lisboa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994; Vol. 2. *Distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu. Apêndice – Distrito de Lisboa*, Lisboa, Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional, 2001.

¹² *Fragmentos Preciosos de Códices Medievais*, Braga, 1949 (reeditado em *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, pp. 53-109).

¹³ Para glosar o sugestivo título da importante obra de Jesús Alturo I Perucho, *Studia in Codicum Fragmenta*, Barcelos, Seminari de Paleografia, Diplomática I Codicologia – Universitat Autònoma de Barcelona, 1999.

2 – Revela-se, assim sendo, de algum interesse a maior divulgação de um inventário pouco conhecido do tesouro da catedral de Viseu, datado de 3 de Outubro de 1188, no qual, por entre as alfaias e paramentaria litúrgicas preciosas, utilizadas nos rituais próprios do louvor divino, se arrolam os códices que então constituíam, senão na totalidade, pelo menos em núcleo substancial, a biblioteca catedralícia¹⁴.

Devendo-se ao cuidado de D. Soeiro Mendes, zeloso *thesaurarius* da catedral beirão nesse momento – no que correspondia, como a própria lição documental indicia, à solicitude pastoral que caracterizava o episcopado de D. João Peres, bispo dessa cidade entre 1179 e 1192 – este inventário emerge das práticas próprias da chancelaria diocesana viseense.

Ao contrário, por exemplo, do celebrado catálogo ou relação dos livros do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, datável, muito provavelmente, do primeiro terço de Duzentos, inscrito em folha disponível do obituário dessa canónica regrante agostiniana, no qual se descortina uma empenhada acção gestora do património bibliográfico útil e activo de tal claustro monástico, no inventário de Viseu encontramos uma postura mais tradicional, passiva e adequada ao espírito de um balanço e/ou verificação dos bens móveis mais preciosos que integravam o tesouro catedralício.

Na relação dos Cônegos de S. Vicente de Fora, em Lisboa, encontramos um modelo descritivo direccionado tanto para o controle das existências librarias, quanto para a constituição de um modelo de instrumento de consulta bibliotecária, arrolando a informação de acordo com uma lógica escolar e programática, a que não faltam mesmo citações dos *initia* textuais de alguns livros. No inventário de Viseu, a biblioteca é-nos apresentada através da descrição de itens que integram os livros no tesouro da catedral. Ele parece-nos bem revelador, pelo que acabamos de escrever, de uma concepção do códice como objecto entesourado, posto que lhe esteja subjacente a utilidade funcional de serem livros destinados aos officios religiosos celebrados quotidianamente dentro da igreja catedral.

No inventário viseense de 1188, na realidade, o livro parece ser entendido pela comunidade canonical secular, essencialmente, como um objecto entesourado. O que não era, como se sabe, uma originalidade desta catedral. Noutras, como bem se elucida para Coimbra ou Braga, cumpria ao cônego tesoureiro assumir as responsabilidades de salvaguarda de tal património. O livro era tanto um veículo cultural e espiritual erudito, quanto, sobretudo,

¹⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (doravante citado por TT) – Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 7. Veja-se a transcrição do documento em apêndice a este estudo.

uma peça de investimento fiduciário cuidadosamente recordada e arrolada nos testamentos de cônegos e outros profissionais liberais que os deixavam à sua *ecclesia mater*, à hora da morte, com o intuito de reverterem ora para a consumação de actos caridosos e pios *pro anima et pro memoria*, ora para herança de jovens parentes incitados à carreira eclesiástica ou das letras¹⁵.

3 – O inventário da Sé de Viseu, de 1188, deve-se, como se referiu, ao tesoureiro D. Soeiro Mendes, o qual parece assumir a função da sua vigilância e salvaguarda justamente em 3 de Outubro daquele ano, momento em que, como se lê na abertura do acto escrito, o bispo D. João Peres, o Prior e o Cabido da catedral lhe confiaram o “*thesaurum ecclesie sancte Marie*”¹⁶.

O “*thesaurus*” da catedral é descrito em duas partes. Na primeira, trata-se “*de thesauro uetero*”. Na segunda, a informação respeita ao “*thesauro nouo quod fecit dominus Iohanes Uisensis episcopus et in diebus suis adquisiuit cum adiutorio Dei*.” O “tesouro novo” era consideravelmente mais extenso do que o “tesouro velho”. Ele resultava, naturalmente, de uma política mecenática protagonizada por D. João Peres – antístite bem filho de um tempo em que, um pouco por todo o lado, os prelados diocesanos procuravam enriquecer as suas cidades e catedrais, dotando-as de fausto e magnificência, espelhando em cada acção mecenática tanto o sentido da maior glorificação do seu Deus, quanto a inscrição da sua passagem pela terra no grande livro da memória dos homens cujas páginas se contavam na monumentalidade do objecto artístico¹⁷ – em ordem à valorização da sua Diocese e à promoção da dignidade do serviço litúrgico que se deveria celebrar quotidianamente na sua catedral¹⁸.

¹⁵ Seja-nos permitido remeter para as páginas que dedicamos a este assunto na nossa tese *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 301-304, 365-368. Vd., também, o estudo de Maria José Azevedo Santos, “Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal (XII^e-XV^e siècles)”, *Scriptorium. Revue Internationale des Études Relatives aux Manuscrits*, T. L (1996, 2), pp. 397-406.

¹⁶ Vd. o documento publicado em apêndice a este estudo.

¹⁷ Sobre este assunto, seja-nos lícito remeter para as nossas páginas “A Religião dos Clérigos: Vivências Espirituais, Elaboração Doutrinal e Transmissão Cultural”, *História Religiosa de Portugal* (Dir. Carlos Moreira Azevedo). Vol. I. *Formação e Limites da Cristandade* (Coord. Ana Maria C. Jorge e Ana Maria Rodrigues), Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 339-422, *maxime* 387-388.

¹⁸ Sobre a acção deste e de outros prelados viseenses medievais consulte-se: Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, “Garda”, *Elucidário das Palavras, Termos e Fra-*

O serviço divino na catedral viseense contava com um razoável fundo de paramentaria e de alfaías litúrgicas próprias dos altares. Por entre dalmáticas, casulas, capas, alvas, estolas, manípulos, amictos, cintas, corporais, pálios e frontais, de seda, de linho ou de lã, a que se juntavam cálices de prata e dourados, báculos pastorais, turíbulo, cruces, candelabros argênteos ou de ferro, esmaltados ou de estanho, bem como caldeiras, escudelas, galhetas, campânulas e campainhas, pedras de cristal, uchas e arcas esmaltadas ou francesas, mais raros os relicários como a Cruz do Linho do Senhor que se guardava na catedral beirão, sobressaíam os livros do ofício divino.

São estes que nos interessam mais particularmente. Em 1188, a catedral de Viseu possuía uma biblioteca bastante razoável. No tesouro antigo, isto é, no grupo de peças anteriores ao episcopado de D. João Peres (1179-1192), contava-se uma Bíblia (“*biblioteca*”) em dois volumes, um *Comicum* ou leccionário, um *Moralium* (talvez identificável com a *Excerptio Moraliu* com os comentários de S. Gregório Magno ao Livro de Job¹⁹), um Antifonário, dois Oficiais, um volume intitulado *Flores Martyrum*, um Sacramentário, um Evangeliário, um Epistolário, um Missal, um Costumeiro e dois Processionários. Um total, portanto, de 15 volumes para 12 títulos ou obras.

Este fundo foi enriquecido pelas aquisições de livros promovidas por D. João Peres. A ele se deve a entrada na biblioteca catedralícia de dois livros Sacramentais, dois Evangeliários, dois Epistolários, dois Oficiais, um Breviário em dois volumes, um Saltério, um Passionário, uma obra intitulada *Sentencias*, outra dita Decretos, um “*boo missal mysticu*” e três volumes “*de biblioteca noua*”, ou seja, de uma Bíblia. Ao todo, arrolamos 18 volumes para 11 obras ou títulos.

ses que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram..., Vol. II, (Ed. crítica por Mário Fiúza), Porto, Livraria Civilização, 1966, pp. 293-300; Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão, Vizeu: apontamentos históricos, Vizeu, Typ. Popular, 1894; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres), Vol. I, Porto, Portucalense editora, 1967, pp. 94, 276-278; António Domingues de Sousa Costa, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*. I. (1394-1463), Braga, Editorial Franciscana, 1986; Ana Paula Figueira Santos e Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “O Património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331”, *Revista Portuguesa de História*, T. XXXII (1997-1998), pp. 95-148; Celestino Ferreira, “Viseu”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Dir. Carlos Moreira Azevedo), Vol. P-V. *Apêndices*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 352-362.

¹⁹ Obra comum a outras bibliotecas portuguesas, mormente as de S. Vicente de Fora e de Alcobaça. Vd., para a respectiva identificação, Aires Augusto Nascimento, “Livros e claustro no século XIII em Portugal. O Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa”, *Didaskalia*, Vol. XV (1985) pp. 229-242: 233-234.

A livraria de Viseu somava, pois, em 1188, 33 volumes para 23 títulos ou obras. O número não parece muito elevado se comparado a outras bibliotecas portuguesas medievais, como as da catedral de Coimbra ou as dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Fora ou de Alcobaça²⁰. Mas, ainda assim, estamos perante um número de exemplares bastante considerável. A historiadora Donatella Nebbiai-Dalla Guarda referencia, para bibliotecas de catedrais italianas da mesma época, valores próximos ou ainda menos significativos do que os de Viseu. É assim que a catedral de S. Nicolau de Bari tinha 36 livros por meados do séc. XII, a de Cremona, 82, em 1201, a de Novara, 66 livros, no ano de 1175 e 96 em 1212, a de Pistoia contava 53 volumes nos fins do século XII, a de Treviso, 56 em 1135 e a de Vercelli, 13 livros em meados de Undecentos²¹.

No *thesaurus* viseense, contudo, não se deveriam encontrar alguns outros livros como, por hipótese, o obituário que a catedral possuía e cuja localização se remete mais geralmente ao Capítulo. Outros volumes existiriam ou viriam a enriquecer a biblioteca catedralícia, posto que seja assunto ainda a pesquisar de forma mais positiva. Uma referência documental datada de 1303, indica-nos que o tesouro da Sé de Viseu funcionava também como local de guarda do arquivo respectivo. Mas num outro inventário do património móvel da mesma instituição, datado de 1331, sublinha-se a existência de apenas 12 livros, o que poderá apontar, salvo melhor explicação, para uma perda considerável de títulos por parte dos cónegos de Viseu²².

De um modo geral, a biblioteca da catedral, em 1188, como vemos, era essencialmente composta por volumes úteis ao serviço coral e à celebração das missas que cumpriam à satisfação das obrigações religiosas e canónicas por parte do Bispo e comunidade canonical. A existência de um Costumeiro parece-nos significativa do cuidado com que se pretendia regular o exercício (con)vivencial das práticas religiosas e litúrgicas dentro deste claustro secular.

Aparecem, também, algumas obras de carácter patristico, disponíveis para leitores interessados no aprofundamento de uma espiritualidade mais ascética ou mística. Assim sucederia, como vimos, com o livro intitulado *Moralium*, eventualmente com o *Flores Martyrum*, talvez um simples Martirologio, talvez mais do que isso.

²⁰ Para uma comparação, veja-se a bibliografia pertinente arrolada nas notas iniciais deste estudo.

²¹ *I documenti per la storia delle biblioteche...*, cit., p. 72.

²² Vd. Saul Gomes, *In Limine Conscriptio...*, cit., Vol. I, p. 366; Ana Paula Figueira Santos e Anísio Miguel Saraiva, *Op. cit.*, pp. 107-108, 134.

O governo do bispo D. João Peres trouxe algumas novidades. Doravante a catedral conta com novos livros úteis ao exercício espiritual e pastoral dos cônegos (Breviário, Saltério, Missal místico, Passio-nário), mas também com um livro dito *Sentencias* – eventualmente a obra de idêntico título da autoria de S. Bernardo de Claraval (†1153) ou, noutra hipótese, a de Pedro Lombardo (†1159)²³ – e um outro volume de *Decretos*, muito provavelmente o *Decreto* de Graciano (redigido ca. 1140), o que é significativo da ampliação do campo de interesses culturais e jurídicos que, no último quartel do século XII, começava a caracterizar o corpo clerical desta catedral.

4 – Outros elementos documentais provam o interesse da Sé de Viseu pela informação librária. Seja para leitura, seja, por uma outra qualquer razão²⁴, regista-se a presença nesta Catedral, por inícios de Duzentos, de livros pertencentes à livraria do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Do inventário desta biblioteca monástica, datado daquele período, consta a saída para Viseu dos livros “*Pastoralis et Prosper*”, identificados por Isaías da Rosa Pereira como correspondendo, o primeiro, à obra de S. Gregório Magno intitulada *Liber Regulae Pastoralis* e, o segundo, a texto de *Prosper Aquitanus* (c. 390 – c. 463), autor de diversos trabalhos de exegese bíblica²⁵.

A *ecclesia Viseensis* não era, como verificamos, um terreno árido para a cultura erudita medieva. A existência de um Evangeliário datável de finais do século XII ou inícios da Centúria imediata, pertencente, ainda hoje, ao tesouro dessa catedral, recentemente valorizado pela análise que lhe dedicou

²³ Podendo, ainda, referir-se uma outra possibilidade, a de corresponder às *Sententiae ex operibus Sancti Augustini*, de Próspero. Vd. Aires Augusto Nascimento, “Livros e claustro no século XIII em Portugal. O Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa”, *Didaskalia*, Vol. XV (1985)pp. 229-242: 235.

²⁴ Que, eventualmente, poderá pressupor a actividade de um *scriptorium* viseense activo no momento considerado no texto.

²⁵ Isaías da Rosa Pereira, *Livros de Direito na Idade Média*. II”, *Lusitania Sacra*, Tomo VIII, Lisboa, 1970, pp. 81-96: 92; Francisco da Gama Caeiro, *Santo António de Lisboa*. I – *Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*, Lisboa, 1967, pp. 31-34; Aires Augusto Nascimento, “Livros e claustro no século XIII em Portugal. O Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa”, *Didaskalia*, Vol. XV (1985) pp. 229-242. Este Autor, referindo-se à identificação do referido livro de “*Prosper*”, escreve: “não seria inverosímil compreender as *Sententiae ex operibus Sancti Augustini*, seria também admissível estarmos perante um livro de Crônicas começado justamente pelo *Chronicon* de Próspero (PL 45, 1859).” (p. 235).

Aires Augusto Nascimento, vem recolocar a questão da existência ou não de um *scriptorium* nesta instituição na época considerada²⁶.

O inventário que publicamos parece indiciar que os livros desta Sé foram comprados ou adquiridos tanto como as demais peças do tesouro catedralício. Na relação do que o bispo D. João Peres deu à catedral refere-se categoricamente que se tratava de bens por ele “adquiridos” e não, necessariamente, mandados fazer, no que respeita aos códices, num *scriptorium* viseense.

As fontes diplomáticas são, contudo, silenciosas a respeito do funcionamento de um *scriptorium* na catedral. Por elas, entrevemos a laboriosa acção dos notários da chancelaria episcopal viseense, com tradição local já na primeira metade do século XII²⁷, mas especialmente qualificada e activa a partir da década de 1150, logo após o restabelecimento da plena jurisdição episcopal em Viseu²⁸. Nem sempre, contudo, a existência de uma bem

²⁶ Aires Augusto Nascimento, “Evangelista”, *Cristo, fonte da esperança. Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000. Catálogo*, Porto, Diocese do Porto, 2000, pp. 142-143.

²⁷ Curiosamente, os escribas dos documentos viseenses, até sensivelmente 1147-50, escrevem segundo cânones paleográficos visigóticos cursivos tardios. Assim acontece, por exemplo, com o *scriptor* João, activo ainda em 1148, o qual será o último escriba representante da velha tradição gráfica visigótica na catedral. (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Docs. 12 a 16). Documento em visigótica cursiva, datado de Setembro de 1148, apresenta a subscrição: “*Magister Vilelmus de Panoniis dictauit*”, o que nos parece revelador da importância de uma inegável tradição diplomática da chancelaria viseense. A restauração plena da Diocese, em 1147, trará consigo a renovação dos cânones paleográficos, doravante claramente enfeudados aos modelos diplomáticos carolíngios e carolino-góticos.

²⁸ Assim se colhe da observação dos documentos do notário e diácono Paio, a partir de 1149, *scriptor* que nos deixa belas iniciais ornamentadas, em originais e muito provavelmente alguns neo-originais, denunciando, certamente, a sua familiaridade com a cópia de códices. (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Docs. 18, 22 a 24, 26, 27, [30], 32, 34, 36, 38). Documento neo-original de sua lavra será o diploma de Maio de 1149 em que se intitula diácono (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Doc. 18). Um outro texto original, mas datado de Janeiro de 1150 (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Doc. 19) foi escrito por “*Pelagius subdiaconus*”. É provável que se trate da mesma pessoa, tendo apostado no traslado do neo-original, de Maio de 1149, uma subscrição já com o grau diaconal. O mesmo ou um seu sucessor, de nome Paio Guterres, apresenta, em 1172, acto com inicial de belo efeito estético (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Docs. 14). Não menos interessantes se revelam os actos lavrados, nas décadas de 1150 a 1200, pelos *scriptores* Martinho (1155...) (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Docs. 25, 37), Soeiro (1157...) (TT – Sé de Viseu, M.º 3, Docs. 28, 29, 31, 33, 35; M.º 4, Docs. 1 e 2, 4, 6), Fernando (1165...) (Sé de Viseu – M.º 4, Docs. 3, 5, 10, 12, 13, 15, 16, 20, 21, [23]) (documento este em que se subscrive como “*Fernandus nec acolitus nec duxorista*

organizada *cancellaria*²⁹ comprova a parceria de um *scriptorium*, mesmo quando, como reconhecemos na documentação desta catedral, se atesta a presença e a colaboração de bons calígrafos.

Por seu turno, os planos da encadernação do Evangeliário atrás mencionado, em prata lavrada, denunciam na sua composição modelos próximos dos que existiriam na biblioteca da catedral de Coimbra. Se este paralelo não for despreciando, haveria que reforçar a já sugerida dependência de Viseu em relação a Coimbra no domínio das aquisições e encomendas de livros³⁰.

nec ostiarius scripsit”) e, hipoteticamente, o documento n.º 34, datado de 1185)) e Mendo (1168) (Sé de Viseu – M.º 4, Doc. 8). Um lugar especial, pela qualidade (paleo)gráfica dos seus actos, pertence a Mestre João, “*diaconus et magister Uisensis ecclesie*”, como se intitula em acto episcopal solene de D. Godinho que redige e subscreve, de 14 de Novembro de 1171, no qual se recorre a autenticação por quirografia com a inscrição FIAT PAX ET VERITAS AMEN (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Doc. 11), seguido por outros de idêntico esmero gráfico (v. g., TT – Sé de Viseu, M.º 4, Docs. 17). Assinalamos, ainda, os escribas Egas (1185...) (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Docs. 31; M.º 5, Doc. 3), Mestre Soeiro (1188), provavelmente pessoa diferente do escriba homónimo antes registado (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 4), João (1188) (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 6), Gonçalo (1191...) (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Docs. 8, 9, a 11, [13 a 15], 16, 19 e 20), Martinho [II] (1194) (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 12), Lamberto (1196) (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 18) e Mendo (1200...) (TT – Sé de Viseu, M.º 5, Docs. 31 a 33). Dentre todos, individualiza-se, pela qualidade diplomática dos seus actos, o presbítero e “frater” Benjamim, que nos aparece a lavrar documentos entre Abril de 1180 e Junho de 1186 (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Docs. 25, 27, [28], 32, 33 e 35). Alguns outros escribas ocasionais, como *Abas* (1169) (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Doc. 9) e Pedro (1176) (TT – Sé de Viseu, M.º 4, Doc. 22), não terão pertencido, cremos, à chancelaria viseense.

²⁹ Chancelaria episcopal que contará com os seus chanceleres, especialmente depois do início do século XIII, pois que, até então, o conceito não surge na documentação por nós compulsada para esta catedral. Em Dezembro de 1238, era chanceler de Viseu D. Gonçalo Pais. (TT – Sé de Viseu: Tombo das Propriedades, fl. 5vº). Sobre a evolução da figura do chanceler nas chancelarias eclesiásticas medievais portuguesas vd. os nossos estudos “Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa”, *Hvmanitas*, Vol. 50 (1998), pp. 625-646 (republicado em *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 41-74: 48-51) e *In Limine Conscriptiois...*, cit., Vol. I, pp. 816-828. Cf. também Cristina Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1998, p. 187; Idem, “La Chancellerie Archiepiscopale de Braga (1071-1245): Quelques Aspects”, *La Diplomatie Episcopale avant 1250. VIII Internationalen Kongress für Diplomatik. Innsbruck, 27. September – 3. October 1993*, Innsbruck, pp. 503-509.

³⁰ Vd. Aires A. Nascimento, “Evangeliário”, *Cristo, fonte da esperança...*, cit., pp. 142-143. O inventário da biblioteca e tesouro da Sé de Coimbra, de 1393, assinala um Evangeliário cuja encadernação, com tábuas de folha de prata dourada, apresentava a gravação, de um lado, de Cristo na Cruz com S. João e a Virgem Maria

Mas haverá que elucidar com maior pormenor, em futura pesquisa, a origem de alguns dos notários ao serviço desta chancelaria. Assim sucede, por exemplo, com o *scriptor* Benjamim, copista bem dotado no exercício da *ars scribendi*, cuja mão e saber remete, muito provavelmente, para uma aprendizagem feita em *schola* monástica de larga tradição e amplos pergaminhos³¹.

Situação que não se afigurará muito estranha, se tivermos presente que o restabelecimento pleno da jurisdição diocesana viseense era, em toda a segunda metade da centúria undecentista, um facto ainda muito recente e que alguns dos seus prelados terão sido recrutados dentre o clero regular, mormente em claustros como o de Santa Cruz de Coimbra³². Tais origens, naturalmente, enformarão a predisposição dos prelados e dos cónegos viseenses para o problema da necessidade de um *scriptorium* como centro de apoio à constituição ou enriquecimento da biblioteca da sua catedral, tanto quanto orientariam os sobreditos numa acção de permanente aquisição e renovação dos livros indispensáveis ao exercício da pastoral cristã pelo padres dessa mesma *Ecclesia*³³.

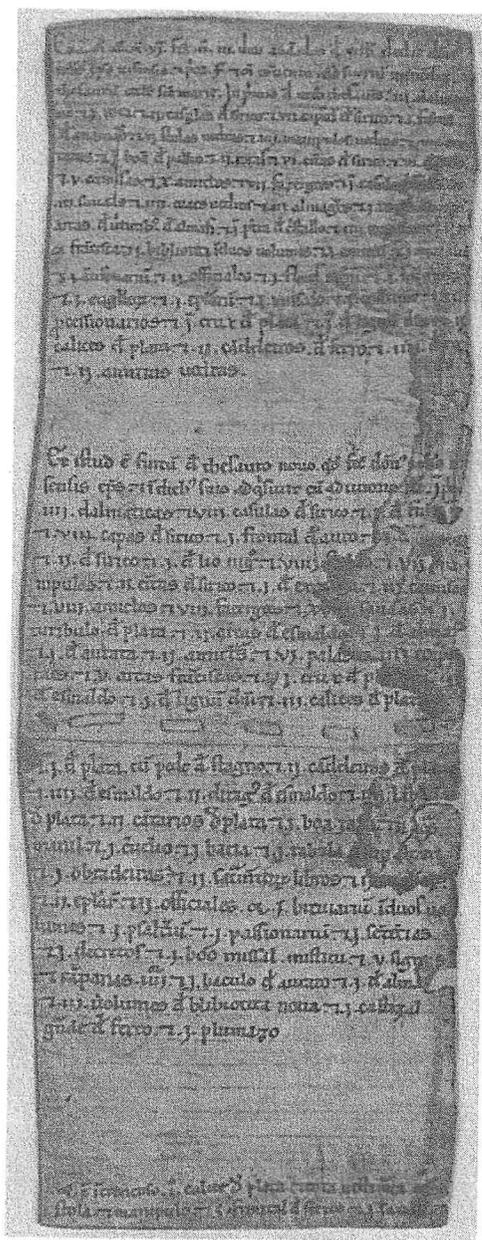
e dois anjos sobre o crucifixo e “leteras arredor da Trindade”. Outros livros existiam com idêntica encadernação. Vd. Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra...*, p. 93, n.ºs 65-67; Aires Nascimento, “O *scriptorium* medieval, instituição matriz do livro ocidental”, *A Iluminura em Portugal. Identidade e Influências. Catálogo da Exposição*, Lisboa, Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional, 1999, pp. 51-91: 85.

³¹ Vd. as referências a este escriba deixadas na nota anterior. De considerar, aliás, uma muito provável relação “familiar” deste notário com o Mosteiro de Lorvão, no qual o encontramos lavrando actos da chancelaria monástica beneditina ou, não sendo a mesma pessoa, um seu homónimo, cujas *scripturae*, no entanto, são muito próximas dos modelos paleográficos originais que encontramos no fundo da Sé de Viseu. Tal proximidade foi já notada, ainda que para contextos diversos, por António Ribeiro Guerra, *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1996, *passim*.

³² D. Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1955, p. 19-20.

³³ Sobre os problemas que envolviam a constituição de bibliotecas eclesiásticas nos séculos XII e XIII, vd. G. Cavallo, “Dello scriptorium senza biblioteca alla biblioteca senza scriptorium”, *Dall'Eremo al Cenobio. La Civiltà monastica in Italia dalle origini all'età di Dante*, Milão, Libri Scheiwiller, 1987, pp. 331-342; Christopher de Hamel, *Une Histoire des Manuscrits Enlumnés*, Hong Kong, Phaidon Press Limited, 1995, pp. 200-231; Aires Nascimento, “O *scriptorium* medieval, instituição matriz do livro ocidental”, *A Iluminura em Portugal. Identidade e Influências. Catálogo da Exposição*, Lisboa, Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional, 1999, pp. 51-91.

Reprodução: Inventário do tesouro da Sé de Viseu: 1188.



5 — Documento

1188 [E. 1226], Outubro, 3, Viseu — *Inventário do tesouro da Sé de Viseu*.

TT — Sé de Viseu, M.º 5, Doc. 7

Era. M^a. CC^a. XX^a. Vj^a. Feria ij^a. iii dies andados de october. Dedit domnus Iohannes episcopus Uisiensis et prior .F. et omni conuentu ad Suerium Menendiz thesaurum ecclesie sancte Marie. In primis de uetero thesauro. iij. dalmaticas. Et .j. rota. Et ij. casulas de sirico. Et vii capas de sirico. Et .i. frontal de anamader. Et ij. stolas uedras. Et .iiij. manipulos uedros. Et .iiij. acitaras. Et .j^a. bona de pallio. Et ij. rotas. Et .vi. cintas de sirico. Et .vi. de lino. Et .v. camisas. Et .x. amictos. Et vij. fazergoes. Et .j^a. casula de fustam. Et .iiij. sauas. Et .iiij. oraes uedros. Et .iiij. almagres. Et .j. turibulu. Et .ii. arcas de uirtutibus de almasi. Et .j^a. petra de cristallo. E. .iiij. corporales. Et .i. arca francisca.

Et .j. biblioteca in duos uolumes. Et .j. comicum. Et .j. moralium. Et .j. antifonarium. Et .ij. officiales. Et .j. flores martyrum. Et .j. sacramentorum. Et .j. euangeliorum. Et .j. epistolarum. Et .j. missaio. Et .j. costume. Et .ii. processionarios.

Et .j^a. cruz de plata. Et .j^a. de lignum Domini. Et .ij. calices de plata. Et .ij. candeieiros de ferro. Et .iiij. de ere. Et .ij. amictas uedras.

Et istud est fintum de thesauro nouo quod fecit domnus Iohanes Uisensis episcopus et in diebus suis adquisiuit cum adiutorio Dei.

In primis .iiij. dalmaticas. Et .viiij. casulas de sirico. Et .j. de fustam. Et .viiij. capas de sirico. Et .j. frontal de auro. Et .j. de ... Et .ij. de sirico. Et .j. de lio nigro. Et .viii. stolas. Et .vij. manipulos. Et .ij. cintas de sirico. Et .j. de exxerga. Et .iiij. camisas. Et .viiij. amictos. Et .viiij. facergéés. Et .xviiij. sauas. Et .j. turibulo de plata. Et .ij. arcas de esmaldo. Et .j. de almasi. Et .j. deaurata. Et .ij. amictas. Et .vj. palas. Et .iiij. corporaes. Et .v. arcas franciscas. Et .j. cruz de plata. Et .iiij. de esmaldo. Et .j. de lignum Domini. Et .iiij. calices de plata. Et .j. de plata cum pede de stagno. Et .ij. candeieiros de plata. Et .iiij. de esmaldo. Et .ij. ditagus de esmaldo. Et .iiij. lampadas de plata. Et .ij. cantarios de plata. Et .j. boa taza. Et .ij. aquas manil. Et .j. ceruelio. Et .j. bacia. Et .j. tabula de super altare. Et .j. obradeiras.

Et .ij. sacramentorum libros. Et .ij. euangeliorum. Et .ij. epistolarium. Et .ij. officiales. Et .j. breuiarium in duos uolumes. Et .j. psalterium. Et .j. passionarium. Et .j. sentencias. Et .j. decretos. Et .j. boo missal misticu.

Et .v. signos et campanas .iiij^{or}. Et .j. baculo deaurato. Et .j. de almas.

Et .iiij. uolumes de biblioteca noua.

Et .j. castizal grande de ferro. Et .j. plumazo.

Et est in Trancoso .i^o. calice de plata et tota uestimenta cum stola et manipulo. Et .j. frontal de sirico. Et .j. sauas.